
ORGULHO E

RESISTÊNCIAS:

LGBT NA

DITADURA



ORGULHO E RESISTÊNCIAS: LGBT NA DITADURA

MEMORIAL DA
RESISTÊNCIA
DE SÃO PAULO

15 de outubro de 2020
a 17 de maio de 2021



MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

A exposição *Orgulho e resistências: LGBT na ditadura* trata de um tema ainda pouco discutido no Brasil: as relações entre autoritarismo e diversidade sexual e de gênero. Para o Memorial da Resistência de São Paulo, realizar esta exposição em parceria com o Museu da Diversidade Sexual e com curadoria de Renan Quinalha reitera e atualiza o compromisso da instituição com a construção da memória política brasileira e a valorização da democracia e dos direitos humanos.

É importante lembrar que o Memorial realizou, em 2014, uma histórica audiência pública sobre as existências e resistências LGBTs durante a ditadura. O encontro, denominado “Homossexualidades e a ditadura no Brasil”, foi organizado pela Comissão Nacional da Verdade em conjunto com a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva. O auditório lotado reunia militantes de diferentes gerações do movimento LGBT brasileiro, reforçando o interesse do ativismo por sua própria memória e história. Foi simbólico esse encontro ter acontecido no antigo prédio do Deops, encravado em pleno território da Boca do Lixo – famosa área do centro paulistano frequentada por pessoas LGBTs, sobretudo das classes populares.

Para o Memorial, o (re)conhecimento desses lugares e vozes é um importante instrumento de educação para a cidadania, uma vez que aproxima fatos ocorridos no passado das suas permanências no presente. Ainda que muitos direitos tenham sido conquistados e políticas públicas tenham sido implementadas durante as últimas décadas, o Brasil segue entre os países que mais matam pessoas LGBTs. Além disso, enfrentamos hoje um retrocesso quanto aos direitos adquiridos. Mais do que nunca, a força simbólica dos encontros segue presente e o Memorial da Resistência se une a essas vozes para a ampliação da cidadania e dos direitos humanos no país.

Ana Pato

Coordenadora do Memorial da Resistência de São Paulo

Jochen Volz

Diretor-geral da Associação Pinacoteca Arte e Cultura

Constantes apreensões de homossexuais e travestis no Rio de Janeiro e São Paulo são notícias nos *Diários Associados*. Detida: Wilson Luiz, Rio de Janeiro, julho de 1975.



MUSEU DA DIVERSIDADE SEXUAL

O Museu da Diversidade Sexual nasce de uma demanda da comunidade LGBTI+ em 2012, que naquele momento não se via representada nos espaços de cultura tradicionais. Felizmente isso mudou, e um exemplo desse novo momento é a exposição *Orgulho e resistências: LGBT na ditadura*, uma parceria do Memorial da Resistência de São Paulo com o MDS, que muito nos honra. Mesmo assim, não podemos esquecer que, segundo pesquisa do Grupo Gay da Bahia, o Brasil ainda é o país que mais mata pessoas LGBT no mundo.

Nesse cenário, o Museu tem a missão de preservar e comunicar o patrimônio sociopolítico e cultural da comunidade LGBT do Brasil, contribuindo para a educação e a promoção dos direitos humanos.

Localizado dentro da estação República do metrô, em São Paulo, o MDS tem como norma a gratuidade e a inexistência de qualquer barreira ao acesso, garantindo a inclusão e a acolhida que nos é negada pela sociedade. Foi visitado por mais de 300 mil pessoas desde a sua abertura, tornando-se um espaço de referência na discussão das diversidades, das sexualidades dissidentes e das cidadanias negadas. Tanto o Museu da Diversidade Sexual quanto o Memorial são na sua essência espaços de resistência, e por isso estamos JUNTOS.

Franco Reinaudo
Diretor do Museu da
Diversidade Sexual

Constantes apreensões de homossexuais e travestis no Rio de Janeiro e São Paulo são notícias nos *Diários Associados*. Catorze detidos, Rio de Janeiro, fevereiro de 1953.

10	ORGULHO E RESISTÊNCIAS: LGBT NA DITADURA
13	SEXO, SEXUALIDADE E GÊNERO
15	O QUE É UMA DITADURA?
17	A DEFESA DA MORAL E DOS BONS COSTUMES
21	ARTE E RESISTÊNCIAS
29	CENSURA E LINGUAGENS
35	OS CORPOS E A POLÍCIA
37	PROSTITUIÇÃO, TERRITÓRIO E CLASSE
45	DEOPS/SP: VIGILÂNCIA, CONTROLE E REPRESSÃO
48	MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NA DITADURA
54	DEPOIMENTOS
71	CONQUISTAS E DESAFIOS
72	HOMOSSEXUALIDADE E CONSTITUINTE
80	AS BANDEIRAS
82	A CASA I
83	PARA SABER MAIS
84	SOBRE OS ACERVOS
86	SOBRE OS AUTORES
90	CRÉDITOS



ORGULHO E RESISTÊNCIAS: LGBT NA DITADURA

O que ditadura e LGBTs, dois temas que à primeira vista parecem guardar pouca relação entre si, têm em comum? Qual o sentido de abordar, em uma exposição, os cruzamentos entre autoritarismo e diversidade sexual e de gênero?

A ditadura não inventou a mentalidade conservadora que embalou parcela significativa da população brasileira. O que ocorreu foi que o golpe de 1964, ao concentrar poderes no Executivo e estruturar um complexo aparato de violência, forneceu aos síndicos da moralidade alheia os meios de que precisavam para levar a cabo um projeto de saneamento moral da sociedade.

Em um momento no qual estava em curso uma revolução dos costumes marcada pela liberação sexual, pílula anticoncepcional, ampliação da presença da mulher no mundo do trabalho e entrada em cena de homossexuais e travestis com cada vez menos pudores, a ditadura organizou uma reação contra essas mudanças.

Havia um objetivo moral para as violências cometidas: a vida privada, a esfera íntima e o que se fazia entre quatro paredes entraram no cálculo da ânsia reguladora do Estado. Pessoas eram vigiadas e suas práticas sexuais eram registradas em dossiês. Músicas, filmes, peças de teatro, novelas e programas de auditório foram vetados e impedidos de circular. Travestis, prostitutas e homossexuais, em número crescente nas grandes cidades, tornaram-se alvos privilegiados da repressão policial nas ruas. Para os militares, a sexualidade passou a ser tema ligado à segurança nacional.

Assim, o cerne das políticas sexuais da ditadura pretendia reforçar o estigma contra LGBTs, dessexualizando o espaço público ao atirar para a invisibilidade corpos e coletivos que insistiam em reivindicar o reconhecimento de seus direitos e liberdades. Onde há repressão, porém, as resistências não faltam.

Sob a ditadura, e apesar dela, boates, bares e espaços de sociabilidade entre homossexuais se multiplicavam. Enquanto se mantivessem nas sombras dos armários, ou no anonimato dos guetos, alguns homossexuais conseguiam se esquivar. Contudo, essa não era mais a realidade: estavam ocupando o espaço público, ostentando seu orgulho e buscando um lugar político na sociedade. Aliás, foi aí que o movimento LGBT organizado deu seus primeiros passos.

Desde então, muita coisa mudou. Direitos foram conquistados, políticas públicas implementadas e São Paulo sedia a maior Parada do Orgulho LGBT do mundo. Mas o Brasil ainda ocupa o topo do ranking internacional dos países que mais matam essas pessoas, e há flagrante retrocesso para os direitos sexuais e reprodutivos na atualidade.

Semelhanças entre ontem e hoje evidenciam como a ditadura deixou um terreno fértil para que as práticas de abusos e violências contra LGBTs seguissem naturalizadas. Por isso, é fundamental (re)visitar essa história que é, mais que qualquer outra coisa, uma história de orgulho e de resistências.

Renan Quinalha
Curador



SEXO, SEXUALIDADE E GÊNERO

A palavra *sexo* se relaciona com os aspectos anatômicos e biológicos pelos quais a nossa sociedade distingue machos e fêmeas (genitália, aparelho reprodutivo etc.), sendo que o *sexo* biológico também determina a classificação dos intersexos, pessoas que nascem com ou desenvolvem características físicas de ambos os sexos.

As ciências sociais e a teoria feminista compreenderam ao longo do tempo que *gênero* é uma construção social acerca do *sexo* biológico. É a partir da divisão dos sexos (genitálias) que a sociedade condiciona gêneros – masculino e feminino – a corpos sexuados. Esse processo não é natural, e sim reflexo de uma sociedade que divide as funções, responsabilidades e oportunidades entre homens e mulheres.

A *identidade de gênero* indica como nós nos percebemos e nos identificamos em relação ao gênero que nos foi condicionado ao nascermos. Segundo a ONU, a identidade de gênero se refere à experiência de uma pessoa com o seu próprio gênero. Assim, os indivíduos trans possuem uma identidade de gênero distinta do *sexo* biológico que lhes foi designado no nascimento. Essa população é bastante diversa, incluindo mulheres e homens trans, travestis e pessoas não binárias, dentre outras.

Já a *sexualidade* está ligada a práticas, comportamentos e afetividades, e é a partir daqui que pensamos as orientações sexuais: homossexuais (gays e lésbicas), bissexuais (pessoas que se relacionam romântica e sexualmente com ambos os gêneros) e heterossexuais (os atraídos por pessoas do gênero oposto).

No entanto, *sexo*, *gênero* e *sexualidade* são muito mais amplos e complexos e, muitas vezes, o que sentimos e acreditamos ser não cabe em nenhuma dessas caixinhas. Por isso, para além de classificações (sempre parciais e precárias), o mais importante é respeitar a individualidade de cada pessoa, para que ela possa viver sua identidade, gênero e sexualidade livremente, sem sofrer nenhum tipo de discriminação ou violência.

Leonardo Arouca
Documentalista no Museu da Diversidade Sexual

Constantes apreensões de homossexuais e travestis no Rio de Janeiro e em São Paulo são notícias nos *Diários Associados*, geralmente em tom jocoso: “Valter de Oliveira, ‘Jussara’, conhecida travesti da noite, e Vanda dos Santos, ‘Vandão’, trajada como homem”.



O QUE É UMA DITADURA?

De um modo geral, uma ditadura se caracteriza por uma forma de governo autoritária que rompe os preceitos básicos da democracia: a separação e o equilíbrio entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), o respeito à Constituição vigente e aos direitos fundamentais, bem como o exercício regular do voto, que efetiva a participação popular por meio da eleição de representantes. A implantação de uma ditadura subverte a ordem política preexistente, mobilizando uma parte da sociedade ao mesmo tempo em que subjuga, com violência, a outra parte – pela instrumentalização de poderes coercitivos como o exército, a polícia, a burocracia e a magistratura.

Em 31 de março de 1964 foi deposto o presidente João Goulart, que havia assumido em 1961, após renúncia de Jânio Quadros. A destituição foi resultado da mobilização e articulação de diversos setores: o empresariado, que financiou forte propaganda anticomunista contra Goulart; a imprensa, que somou esforços em campanhas diversas contra o governo; a Igreja Católica, ao mobilizar vários estratos sociais em marchas que pediam a intervenção militar como mecanismo de conservação dos supostos ideais religiosos do país; a Câmara dos Deputados, ao encenar ritos legais para a legitimidade da deposição e, por fim, as Forças Armadas – que, por 21 anos, comandaram o país.

Aos opositores, em qualquer esfera, do projeto dos militares coube a insígnia de “terroristas/subversivos”, personificando o inimigo interno a ser duramente combatido (como preconizado pela Doutrina de Segurança Nacional). Contra essas pessoas, a repressão – alimentada pelos serviços de informação – atuou por meio da censura, perseguição política, exílio, sequestro, prisão, tortura, assassinato e desaparecimento.

Julia Gumieri

Pesquisadora no Memorial da Resistência de São Paulo

Prisão em massa detém 400 pessoas para averiguação em operação conduzida pelo Departamento de Investigações de São Paulo, atual DEIC. Maio de 1964.



A DEFESA DA MORAL E DOS BONS COSTUMES

A retórica da moralidade pública e dos bons costumes foi central na construção da estrutura ideológica que sustentou a ditadura de 1964. O sentimento anticomunista foi intensamente mobilizado para caracterizar a subversão moral como um artifício do movimento comunista internacional para minar as instituições ocidentais. A defesa das tradições, a proteção da família tradicional, a salvaguarda da juventude, o decoro público e o cultivo dos valores religiosos cristãos foram todos, a um só tempo, motes que animaram uma verdadeira cruzada repressiva contra setores classificados como indesejáveis e considerados ameaçadores à ordem moral e sexual então vigente. As diversas manifestações da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas entre março e junho de 1964, foram um prenúncio revelador do que estaria por vir.

Apesar de vaga e abstrata, a fórmula da “defesa da moral e dos bons costumes” foi muito utilizada para justificar as violências contra a diversidade e alimentar o pavor do diferente. Mães preocupavam-se com seus filhos expostos às revistas pornográficas nas bancas de jornais; famílias se indignavam com as telenovelas, cujas cenas eróticas invadiam seus lares; religiosos se revoltavam contra setores cada vez mais amplos da juventude, que buscavam prazer fugaz nas tentações mundanas.

Esse pânico moral era uma reação à emergência dos novos papéis de gênero, com as lutas feministas desafiando a ordem binária da dominação masculina. Práticas e identidades sexuais cada vez mais diversas desafiavam o padrão patriarcal e heteronormativo, produzindo (e sendo produzidas por) uma contracultura pulsante de experimentações e subversões. A politização do corpo e da intimidade contestava a tradicional distinção entre público e privado, afirmando a autonomia, o desejo e o direito ao prazer como reivindicações centrais. Essas mudanças atestavam que toda moral é particular e que os indivíduos devem ser livres para escolher os valores que pautam suas ações. [RQ]

Baile dos Enxutos,
carnaval do Rio de Janeiro.
Fevereiro de 1963.





ARTE E RESISTÊNCIAS

No Brasil, parte da produção cultural dos anos 1960 e 1970 que abordava as experiências homo e transexuais teve origem em movimentos da contracultura, como o Desbunde – que utilizava nas suas produções a ironia, o deboche, a experimentação das drogas e o culto ao amor livre como críticas ao conservadorismo da ditadura. Esse movimento ganhou forma em diversas linguagens da arte e da imprensa e abriu espaço para a emergência de vivências não normativas de sexualidade e identidades de gênero.

Essa cena artística da época abarcou desde José Celso Martinez Corrêa, com seu Teatro Oficina, até os Dzi Croquettes – grupo antológico que na década de 70 chocou autoridades militares com suas performances irreverentes e andróginas e que, perseguido pela censura, se exilou em Paris. Consagraram-se ainda figuras como Madame Satã, Rogéria e Clóvis Bornay, personagens expressivos da subcultura homossexual da época.

Da imprensa ao audiovisual, das artes plásticas ao teatro, grandes expoentes contribuíram para a construção dessa arte transgressora. Um dos que conquistaram maior alcance de público e mídia foi o Secos e Molhados, com a icônica figura de Ney Matogrosso, que invadia os lares das famílias brasileiras com sua voz em falsete e aparência andrógina, descortinando um novo universo a ser descoberto. [LA]

Frame do documentário
Divinas Divas (2017),
de Leandra Leal.

o jornal do gay

★ NOTICIÁRIO DO MUNDO ENTENDIDO ★

PUBLICAÇÃO MENSAL DO CÍRCULO CORYDON - IMPRÓPRIA A MENORES DE 18 ANOS - 1978 - nº 2 - Cr\$ 20,00

HISTÓRIA DE UM REI HOMOSSEXUAL

ABANDONOU SEU AMANTE AO CARRASCO

PÁGINA S

ANITA BRYANT VAIADA NO CANADÁ

DEVIDO A REAÇÃO DOS GAYS,
A CANTORA CANCELA SUA TEMPORADA

PÁGINA F



O FOTOGRAFO
Gaba Almeida Almeida
DESPE MODELO CARIOCA
PÁGINA I

O HOMOSSEXUAL BRASILEIRO NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

O GAY NO TEATRO, NO CINEMA, NA TV, NA LITERATURA, NA PROPAGANDA, A IMPRENSA COR DE ROSA, AMBIENTES GAYS

PÁGINA T

HOMOSSEXUALISMO NÃO É DOENÇA!

NOVO CONCEITO DA PSICANÁLISE

PÁGINA Q

LOCAIS DE CAÇA E BADALAÇÃO DAS CIDADES:

TRÊS LAGOAS, CAMPINA GRANDE, RIBEIRÃO PRETO
E PRESIDENTE PRUDENTE

PÁGINA C

PLEIGUEI

O jornal do Homo

Relaxe e goze
(um roteiro da pesada)

A história de Zeca Peru

O posterão nu

O caso Chrysóstomo

Escolha o homem
mais sexy do Brasil

Rio, novembro, 1981 - Cr\$ 150,00 Impróprio para menores de 18 anos



Jornal do Gay, noticiário mensal com circulação em várias capitais brasileiras. Edição de 1978.

Primeira edição da Pleiguei. A revista sucedeu o jornal Lampião da Esquina e foi editada no Rio de Janeiro por Aguinaldo Silva. Novembro de 1981.





Cassandra Rios foi a primeira escritora brasileira a alcançar a marca de 1 milhão de livros vendidos, sendo a única a conseguir viver apenas da renda de suas publicações. Contudo, com a moralização conduzida pela ditadura, Cassandra somou 36 livros censurados pelo governo, recebendo a infeliz alcunha de “autora mais censurada do Brasil”, feito que a levou à falência.

Tara, livro de Cassandra Rios é incluído na lista de publicações imorais em 1963.

Págs. 24-25: A Medieval, inaugurada em 1971 na rua Augusta, foi uma das pioneiras entre as boates gays paulistanas. Comandada por Elisa Mascaro, a casa trazia espetáculos inspirados nos cabarés franceses. Após anos de sucesso, a Medieval fechou em 1984.



CENSURA E LINGUAGENS

Na década de 1960, novos ventos sopravam por todo o mundo, provocando mudanças e confrontando padrões comportamentais conservadores. Híppies, guerrilheiros, mulheres, negros e LGBTs pareciam conformar uma ampla frente para, cada um à sua maneira, tocar cabeças e corações.

A música, o teatro, a literatura, o cinema e as artes visuais se consagram como veículos das disputas de valores e da manifestação da rebeldia. No Brasil, os anos 60 e 70, apesar das tentativas violentas de contenção por parte da ditadura, serão fecundos para as diferentes linguagens artísticas, porque essas expressões de um outro Brasil, que há tempos vinham sendo germinadas, encontravam nas brechas do regime suas formas de existência e de resistência.

Natural que produções artísticas e mudanças dessa magnitude instaurassem tensões profundas, sendo fator de muita preocupação aos olhos do regime. Apesar de a censura moral não ter sido iniciada com a ditadura, o controle dos espetáculos e diversões públicas foi fortalecido e institucionalizado.

Diante das dificuldades de contabilizar um fenômeno que teve grandes dimensões e nem sempre deixou rastros documentados, as cifras sobre o alcance da censura nas diversas linguagens artísticas ainda não têm contornos precisos. De qualquer modo, para uma visão ampla de conjunto, Zuenir Ventura, em seu livro *1968: o ano que não terminou*, aponta que nos dez anos de vigência do AI-5 foram censurados cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas. [RQ]

Frame do documentário
Divinas Divas (2017),
de Leandra Leal.

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 630/78 /DSI/MJ

DATA: 02 de Agosto de 1978

ASSUNTO: PEÇA TEATRAL "ENGRENAGEM DO MEIO"

ORIGEM: CI/DPF

REFERÊNCIA: INFÃO Nº 463/78/DSI/MJ, de 31 Mai 78

DIFUSÃO: EXMP SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA

DIFUSÃO ANTERIOR: AC/SNI - CIE - CISA - CENIMAR - DSI/MJ

*De pedem. as h.
wife do babyle.
7/2/78
Osmundo B. Calisto
Assessor Especial
do Ministro da Justiça*

- Complementando o documento da referência, esta DSI informa o seguinte:

1. A peça teatral "ENGRENAGEM DO MEIO" foi liberada pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) através do Certificado nº 8.610/78, sem cortes e impropriedade para menores de 18 anos, com validade de 23.06.78 até 23.06.83.

2. Durante o ensaio geral verificou-se que a sua encenação não contrariava a legislação censória, tendo sido observadas, com muito cuidado, as marcações e a iluminação, os cenários, os trajes, enfim, todos os aspectos que não podem ser sentidos através da leitura do texto frio, isto é, do "script".

3. O tema, em si, desperta muita preocupação, tendo em vista a mensagem preconizada pelo autor, que procura conscientizar a sociedade do problema dos homossexuais, que são seres humanos e precisam ser respeitados em sua integridade, apesar de suas preferências sexuais recaírem em pessoas do mesmo sexo.

4. O DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF) tem procurado coibir a "apologia ao homossexualismo" feita através da imprensa alternativa, das revistas, livros, etc., inclusive determinando aos seus órgãos regionais que forneçam elementos ao Ministério Público, visando a aplicação da legislação vigente contra os responsáveis pelas divulgações caracterizadas como ofensivas à moral e aos bons costumes.

5. Há de se convir que os meios de divulgação indicados no item anterior têm maior penetração ao público, em se comparando com o teatro, onde, normalmente, a audiência é reduzida e mais esclarecida, por

CONFIDENCIAL

segue... Departamento de Imprensa Nacional -

Informe de agosto de 1978 da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça sobre o processo de liberação da peça *Engrenagem do Meio*, de Darcy Pentead.

152 243, 2. 9/7

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/85-DCDP

de, 09 de julho de 1985.

O Diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na alínea "c", do artigo 41 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946, e

Considerando as reiteradas reclamações acerca da presença de travestis nas programações de televisão, resolve

Baixar a seguinte norma:

I- A apresentação de travestidos, de homem ou de mulher aparentemente homossexual, respectivamente em atitude ostensivamente efeminada ou masculinizada, quer em telenovela como em programa de auditório, terá a veiculação televisiva autorizada para após as 21 (vinte e uma) horas.

1.1 - O tratamento cênico dado, assim por ator como por narrador, a travestido ou homossexual aparente não poderá ser ofensivo à dignidade humana do apresentado, nem apologética do transexualismo ou do homossexualismo.

II- Esta Instrução Normativa entrará em vigor 15 dias após a publicação.

Osmundo B. Calisto
OSMUNDO DE LOIOLA CABRAL FACINDES
Diretor da DCDP

Instrução Normativa da Divisão de Censura e Diversões Públicas de 9 de julho de 1985, que proíbe a "apologia à homossexualidade e à transexualidade" na televisão por meio da limitação de suas aparições em programas de auditório.



CARCERAGEM
E PROIBIDO A ENTRADA A
PESSOAS EXTRANHAS
AO SERVIÇO



OS CORPOS E A POLÍCIA

Hiroito de Moraes Joanides, conhecido como “o Rei da Boca”, relata em seu livro autobiográfico *Boca do Lixo* que foi no fim da década de 1950 que se popularizaram nas regiões centrais da cidade as operações ostensivas da polícia conhecidas como Rondas (ou Rondões). Essas operações naturalizaram-se como instrumentos para o exercício do controle e da vigilância policial contra camadas sociais específicas e, como efeito, vulgarizaram as prisões em massa sob o pretexto de averiguação (à revelia, portanto, de uma acusação formal). Para seu amplo funcionamento, a polícia contava com uma estrutura carcerária própria: o Presídio do Hipódromo, no Brás, posteriormente utilizado também para presos políticos; a carceragem do Departamento de Investigações – responsável pela Delegacia de Costumes (depois Delegacia de Vadiagem) – localizado na rua Aurora, 322, onde também funciona o 3º DP (região da Boca do Lixo) as celas do 4º DP, atuante na Boca do Luxo e localizado na rua Marquês de Paranaguá, 246.

As detenções em massa, no centro da cidade de São Paulo, serviram de instrumento para a prisão de muitas prostitutas, que acabavam enquadradas na Lei de Vadiagem, mas a prática logo passou a ser também aplicada contra travestis e homossexuais (gays e lésbicas). Muitas dessas operações foram batizadas com nomes que evidenciavam sua intenção de higienização moral: Operação Boneca, Operação Limpeza, Pente-Fino e Arrastão, dentre outros.

Como bem aponta José Wilson Richetti, um dos delegados responsáveis pela sua execução no começo dos anos 1980, o objetivo das rondas era “limpar a cidade dos assaltantes, traficantes de drogas, prostitutas, travestis, homossexuais e desocupados”. Realizadas geralmente com o apoio dos moradores e comerciantes das regiões onde ocorriam, essas detenções em massa foram se convertendo em uma política de segurança institucional do Estado e sua função era bastante clara: a repressão às classes mais populares ou a tipos classificados como não “normais”. Em outras palavras, seus alvos foram os frutos da desigualdade social, dos preconceitos raciais e da moralidade cristã da sociedade brasileira. [JG]



PROSTITUIÇÃO, TERRITÓRIO E CLASSE

O território conhecido como Boca do Lixo se conforma enquanto espaço organizado em 1954, após o repentino e repressivo fechamento da Zona de Confinamento do Bom Retiro no ano anterior. Essa Zona, regulamentada pelo governo de Adhemar de Barros no início dos anos 40, compreendia as ruas Itaboca e Aimorés e destinava-se à prática oficializada da prostituição feminina mediante o registro na Delegacia de Costumes. Com a regulamentação, operava-se um controle policial e sanitário sobre a prostituição, com o objetivo principal de afastá-la do Centro Velho da capital, que passava por reurbanizações no quadro do plano de avenidas de Prestes Maia.

A oficialidade da Zona de Confinamento contribuiu para a diferenciação social das prostitutas e de seus frequentadores: na área regulamentada, diminuía-se os índices de repressão e extorsão policiais. Atraídas por esse véu de segurança, atuavam ali mulheres mais pobres e vulneráveis, muitas condenadas moralmente pela sociedade. Fora do confinamento, o recurso à prostituição nas ruas (o chamado *trottoir*) estava geralmente associado à complementação de renda, e com isso as mulheres conseguiam estabelecer seus próprios critérios para a prática. No entanto, por não possuírem registros oficiais, estavam muito mais suscetíveis ao encarceramento por vadiagem.

Com o fechamento da Zona do Bom Retiro, o meretrício, agora extraoficial, reproduziu suas mesmas lógicas e ramificações no bairro vizinho. A Santa Ifigênia, que vivia seu esvaziamento devido à expansão da cidade para a Zona Oeste, viu então nascer, em suas ruas e hotéis, a Boca do Lixo – o maior território de prostituição da história de São Paulo. Na mesma época, mas em direção ao Centro Novo (República e Vila Buarque), a prostituição entrelaçou-se à modernização dos modos de vida e de divertimento na cidade, agora com suas muitas danceterias, inferninhos e bares frequentados pela boemia mais abastada. Ali, na definição de seus próprios frequentadores e em contraposição à Boca do Lixo, surgia a Boca do Luxo. [JG]

Pág. 34: Boanerges Mário Teófilo dos Santos, "Cuba", travesti. Rio de Janeiro, abril de 1961.

"Não há xadrezes em número suficiente para abrigar não as 3 mil prostitutas que perambulam em São Paulo, mas sequer duzentas. E então está acontecendo o que o *Diário da Noite*, neste sensacional flagrante mostra aos seus leitores, num xadrez do Departamento de Investigações, onde normalmente cabem dez presas, são empilhadas setenta". Reportagem do *Diário da Noite*. 5 de março de 1955.



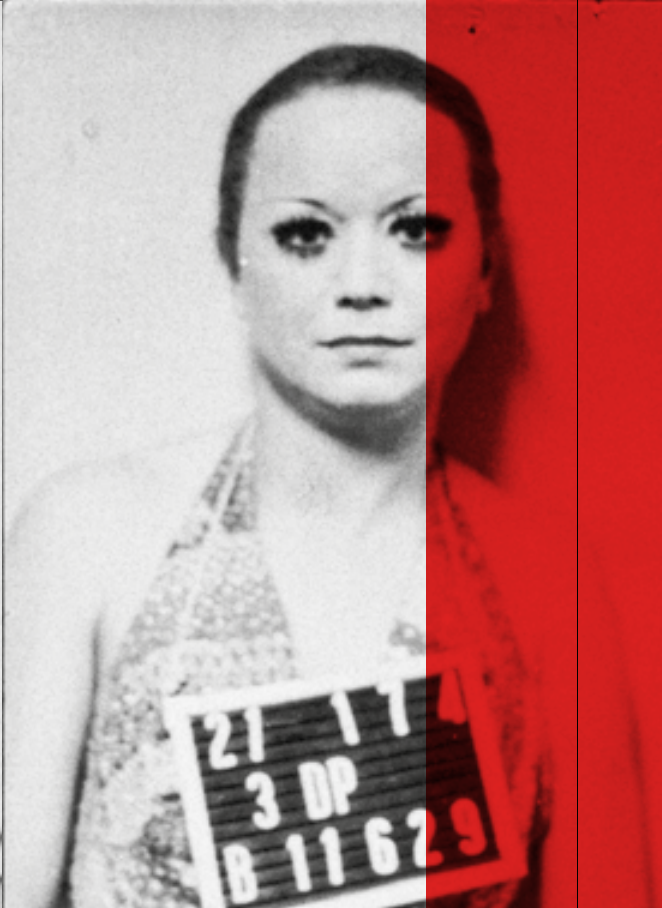
- ① Praça da República
- ② Praça da Luz
- Ⓜ Memorial da Resistência
- Boca do luxo
- Boca do lixo

Wilson Luiz, travesti,
registro com peruca. Rio
de Janeiro, julho de 1975.



A década de 1970, do boom gay e da liberação sexual, também foi marcada pela popularização da terapia hormonal e pela chegada da cirurgia de redesignação sexual no Brasil. Ampliou-se, assim, a presença de transexuais no espaço público. Como resposta às demandas por moralidade, a repressão se fez presente e ainda mais forte, buscando restringir e sufocar os espaços de sociabilidade trans através de rondas específicas contra essa população. Em 1976, por exemplo, foi lançada a Portaria 390 da Delegacia Seccional Centro, que autorizava a prisão para averiguação de todas as travestis que frequentassem o território policiado pelo 4º DP (a Boca do Luxo). No documento, instruía-se claramente que todos os cadastros realizados deveriam ser ilustrados com foto para averiguação, por parte da justiça, da periculosidade da detida.

José Carlos, a "Helena Loran", bicha presa. Rio de Janeiro, novembro de 1970.



Homossexuais e travestis
apreendidas. Rio de
Janeiro, julho de 1975.



DEOPS/SP: VIGILÂNCIA, CONTROLE E REPRESSÃO

Em 1924, por meio de um decreto estadual, foi criada em São Paulo a Delegacia de Ordem Política e Social, posteriormente denominada Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP), extinto apenas em 1983. Vinculado à Secretaria de Segurança Pública, o Deops tinha como atribuição desempenhar a função de polícia política: uma modalidade específica de polícia com funções preventivas e repressivas, destinada a manter a ordem político-social definida pelo Estado. Ao Deops cabia conservar a sociedade afastada dos conflitos sociais de origem popular, regulando o “mundo do trabalho” (compreendido como um valor social), e controlar a organização de movimentos políticos divergentes, fossem eles à direita ou à esquerda do modelo governamental. Para cumprir tais funções, fazia uso de práticas legais ou ilegais, mas geralmente violentas, além da produção e armazenamento de informações.

A documentação produzida pelo Deops/SP ao longo de seus quase 60 anos de funcionamento como órgão do aparato administrativo-legal de vigilância e repressão do Estado era armazenada em arquivo próprio – hoje preservado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo aberto a consulta pública. Distribuído em prontuários e dossiês, o arquivo do Deops/SP ultrapassa 2 milhões de documentos, organizados com codificação alfanumérica e acessados, muitas vezes, via fichas remissivas (aproximadamente 1.100.000). Essas fichas auxiliavam o acesso aos nomes pessoais, institucionais ou de movimentos políticos ou sociais investigados pelo Departamento. [JG]

Ação policial do 3º DP
na Boca do Lixo. 27 de
janeiro de 1969.



MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NA DITADURA

A concentração de populações de gays, lésbicas e travestis nos grandes centros urbanos em meados do século XX propiciou uma integração relativa desses grupos às cidades em expansão – ainda que inicialmente em guetos delimitados e isolados. Além dos tradicionais pontos de pegação, como parques, praças, saunas e banheiros públicos, onde era possível flertar e encontrar sexo casual entre homens, outros circuitos menos clandestinos e marginais de sociabilidade foram sendo progressivamente desbravados, sobretudo com a exploração econômica de um mercado voltado a esse segmento, como casas noturnas, bares, boates e festas privadas.

Esse longo percurso propiciou a criação de uma rica subcultura LGBT em São Paulo, mas foi somente no final da década de 1970 que o movimento social pôde se organizar politicamente, tendo uma agenda de reivindicações mais bem-definidas e um repertório de ação semelhante ao dos demais grupos organizados da sociedade civil no contexto da redemocratização.

Ainda que o projeto de distensão implementado progressivamente pela ditadura seguisse bastante limitado e controlado, novos e antigos atores políticos entravam na cena pública disputando os rumos e o ritmo desse processo. A segunda metade da década de 70 foi caracterizada por manifestações massivas capitaneadas sobretudo por estudantes e trabalhadores. A reorganização de coletivos feministas e negros passou a espalhar-se por diversas partes do país, reforçando as demandas pela ampliação da cidadania desses segmentos marginalizados.

Nessa conjuntura, em 1978 é que surge o jornal *Lampião da Esquina* e o Grupo Somos, pioneiro do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). À época, essa era a sigla mais utilizada para designar o conjunto de militantes formado por homens e mulheres homossexuais – havendo ainda, nessa primeira fase, uma notória exclusão de pessoas trans e bissexuais dos espaços de organização. Somente durante os anos 1990 é que o movimento passou a ser também referenciado como GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), GLT (gays, lésbicas e travestis), GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e travestis) e, mais recentemente, LGBT, para contemplar expressamente um arco mais amplo de identidades de gênero e de sexualidades de modo a dar mais visibilidade a outras identidades para além dos homens gays. [RQ]



Ato do Movimento Negro Unificado (MNU) com participação do Grupo Somos. 20 de novembro de 1979.



Ato contra os Rondões
do delegado José Wilson
Richetti. 13 de junho de 1980.

DEPOIMENTOS

A luta pelos direitos da população LGBT no Brasil se faz permanentemente e a muitas mãos. Sobre o período da ditadura militar, ouvimos em entrevista importantes ativistas que compartilharam conosco lembranças dos processos que envolveram a fundação do Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, no final da década de 1970. As entrevistas de João Silvério Trevisan e James Green foram realizadas em 2016 pelo Memorial da Resistência de São Paulo por meio do Programa Coleta Regular de Testemunhos. Já o Museu da Diversidade Sexual produziu, em 2017, as entrevistas com Marisa Fernandes e Glauco Mattoso. Para o catálogo, as transcrições passaram por um processo de tratamento técnico, visando uma maior fluidez de leitura, mas as entrevistas integrais podem ser conferidas nos respectivos acervos.

GLAUCO MATTOSO

Escritor

Na Argentina, eles tinham um movimento sexual mais pioneiro e mais avançado do que o nosso, mas, com a ditadura de 1976, eles foram obrigados a sair de lá. E um dos que saíram e vieram para cá foi o Néstor Perlongher. Foi através dele que nós tivemos mais notícias do que era a organização dos grupos gays argentinos. Lá eles tinham uma publicação chamada *Somos*, que parodiava uma outra revista argentina do estilo *Veja* ou *IstoÉ*. Só que o *somos* desta revista era uma espécie de afirmação da nacionalidade: “somos argentinos com orgulho”, mais ou menos isso, por causa da ditadura militar. Então o *somos* da publicação gay argentina era mais uma paródia, como se dissesse assim: “somos, mas não isso que vocês são”.

Na época eu pensei: já que a repressão acabou com o movimento gay argentino, por que não homenageá-los? Então

propus: já que nós vamos fundar um grupo, vamos homenagear os argentinos que nos precederam, que se anteciparam a nós, e vamos batizá-lo de Somos. Porque tanto em português como em espanhol é a mesma palavra, e se você ler de trás para a frente, é palindrômica: s-o-m-o-s, s-o-m-o-s. Então é como se os contrários se atraíssem. E todo mundo gostou do nome, adotaram, e ficou Somos: Grupo de Afirmação Homossexual. Essa foi uma ideia muito oportuna, porque a intenção do grupo era a visibilidade. A gente tinha que sair do armário. Não podia mais ser aquela coisa de grupinho de amigos ou de alguns artistas e cantores, como Ney Matogrosso, que apenas se afirmavam, assim, corajosamente. Não! Tinha que ser um coletivo e tinha que ser uma coisa organizada. Ou seja, nós tínhamos que fazer frente ao preconceito e, ao mesmo tempo, ocupar espaço para mostrar que nós tínhamos representatividade. Já que nós éramos uma suposta percentagem de 10% da população [risos]. E isso nem sempre é verdadeiro, não é? Pois em alguns lugares somos até mais de 10%.

Nesse contexto, houve uma coincidência que foi a seguinte: em 1977, um ativista gay americano, chamado Winston Leyland, visitou o Brasil. Ele veio porque tinha interesse em pesquisar autores homossexuais para as antologias da sua editora. Nos EUA, ele tinha uma publicação chamada *Gay Sunshine* e uma editora, a Gay Sunshine Press, que publicava antologias de autores gays de todo o mundo traduzidos ao inglês. Então ele estava pesquisando autores latino-americanos e brasileiros, visitou o Brasil e fez amizades com vários intelectuais. Só que essas pessoas não se afirmavam como homossexuais, elas se afirmavam como intelectuais e estavam dispersas pela imprensa brasileira. E o Winston Leyland teve o condão de atrair, vamos dizer assim, seletivamente, os intelectuais homossexuais.

Nesse período em que estive aqui, ele deu uma entrevista ao *O Pasquim*, onde eu tinha colaborado também. *O Pasquim* era um jornal de humor, mas que ainda preservava o machismo da sociedade, porque ainda tratava a bicha de forma pejorativa, satírica, fazia muita piadinha. Era só assim que a bicha era retratada, comicamente. Pois bem, *O Pasquim* entrevistou o Winston Leyland, fez as gozações de praxe, mas o Winston deu o recado dele. Mas aquilo não bastava. E esses intelectuais perceberam: “Poxa! O que o *O Pasquim* fez com o Winston, a gente poderia fazer muito melhor. Nós poderíamos entrevistá-lo e, mais do que isso, poderíamos ter uma publicação permanente que entrevistasse outros e que manifestasse opiniões”. Aí surgiu a ideia de fundar o jornal *Lampião da Esquina*, que todo mundo do meio conhece porque já está disponível na internet e tem um filme da Livia Peres que retrata o histórico dele.

Coincidentemente, a criação do *Lampião* (que existiu de 1978 até 1981) fez surgir o Grupo Somos, porque um dos fundadores do *Lampião*, o João Silvério Trevisan, foi também fundador do Somos. Ele era um aglutinador de opiniões, de tendências. Com ele e com o Darcy Penteado, que também tinha muita influência na sociedade, porque era uma personalidade, uma celebridade, a gente conseguiu aglutinar intelectuais. Assim, a cronologia do Grupo Somos coincide com a do *Lampião*, e ambos acabaram mais ou menos ao mesmo tempo.

Entrevista conduzida por Lufe Steffen em 8 de maio de 2017.

JAMES GREEN

Escritor

A partir de 1980, o jornal *Lampião*, que era uma espécie de força aglutinadora nacional, propõe um encontro nacional de grupos já organizados de homossexuais.

O evento estava sendo organizado aqui em São Paulo, basicamente pelo Grupo Somos, e seria realizado na Escola de Medicina da USP, seguido de um ato público no Teatro Ruth Escobar. Nesse contexto de abril de 1980 acontece a greve geral do ABC, a terceira Greve Nacional dos Metalúrgicos. Então no primeiro dia do nosso evento alguém propôs uma moção de solidariedade com a Greve Geral. Todo mundo conchama, vota a favor e é aquele momento de euforia, mas depois, no decorrer do encontro, há um debate sobre se o Somos deveria ou não participar do Primeiro de Maio. E isso era um debate ridículo também, mas o movimento era muito jovem e com pessoas que tinham pouca formação política. O Darcy Penteado propôs um ato no dia sete de setembro, eu propus um ato nacional que fosse em 28 de junho, porque era ligado ao *Stonewall* e às mobilizações internacionais, e propusemos a participação no Primeiro de Maio. A reação das pessoas foi: “Não! Não podemos, porque vamos ser utilizados e manipulados!”. E essa proposta perdeu a votação por um voto.

Depois, dentro do Grupo Somos, houve uma comissão de homossexuais que organizou um contingente de pessoas para participar do Primeiro de Maio em São Bernardo. E isso foi muito importante, porque foi realmente a primeira vez – ou a segunda vez, se você contar o Movimento Negro Unificado – que o movimento claramente fez uma intervenção junto às lutas populares e sociais no Brasil, dizendo que somos parte delas. “Somos homossexuais da classe trabalhadora, das classes médias, das classes oprimidas, exploradas, discriminados e marginalizados e temos o direito de participar desse dia de festa dos trabalhadores!”. E as nossas faixas foram visionárias: “Contra a discriminação do trabalhador homossexual”, porque ninguém imaginava naquele momento

a possibilidade de fazer um trabalho sindical. Só que nós tínhamos uma certa orientação, pela minha formação marxista, de trabalhar na cidade dentro dos sindicatos. Já existia esse trabalho nos Estados Unidos, não era impossível imaginar a possibilidade de isso ocorrer também no Brasil e fazer uma intervenção política na sociedade. Essa foi a intenção, mas isso provocou uma grande tensão dentro do Grupo Somos, uma ruptura. Pessoas saíram, fundaram um outro grupo, depois esse grupo também foi se separando, e com isso houve uma certa pulverização do movimento aqui em São Paulo. Chegamos a nos juntar um pouco depois para uma campanha no centro da cidade contra o delegado Richetti. Ele tinha uma política de “limpar” o centro da cidade e prendeu mais de 1500 pessoas, entre elas prostitutas, travestis, trabalhadores do sexo e pessoas que frequentavam o centro. E nós fizemos uma mobilização, acho que foi no dia catorze de junho de 1980, em frente ao Teatro Municipal, e uma passeata, que foi na verdade a primeira mobilização política nacional do movimento LGBT no Brasil. É um pouco esquecido pela Parada Gay, mas catorze de junho de 1980 é, para mim, o lançamento político do movimento a uma esfera nacional.

Entrevista conduzida por Luiza Giandalia e Desirée Azevedo em 24 de novembro de 2016.

JOÃO SILVÉRIO TREVISAN

Escritor, dramaturgo e cineasta

No começo de 1979, houve uma série de debates sobre as tais “lutas menores” e em cada noite no Centro Acadêmico de Ciências Sociais da USP. Era a Semana de Minorias, e em cada noite haveria um debate sobre uma “luta menor”. Estava lotado! Inclusive no jornal *Lampião* saiu uma foto da nossa noite. Eu já tinha ido na noite do Movimento Negro, e os negros haviam sido massacrados pelo público. Massacrados porque ninguém admitia – não se admitia – que pudéssemos

ter uma luta nossa, porque estaríamos dividindo o movimento proletário. E quando eu digo nós, são esses movimentos. Isso era um argumento que voltava o tempo todo. Era uma culpa que nos era inculcada. Na noite da nossa discussão, sobre os homossexuais, nós estávamos literalmente “cagando nas calças”. Tanto que eu tive que tomar remédio, um calmante. E eu me lembro que cheguei para o diretor do Cebrap, o Procópio Ferreira, que era um querido, e disse: “Procópio, pelo amor de Deus, vai na mesa com a gente? Para dar um pouco de base, porque os negros ontem foram massacrados”.

Quando nós chegamos no auditório, tinha gente saindo pela janela, literalmente [risos]. E vocês não podem imaginar o pânico. Eu comecei a discussão me apresentando. Mas de repente se levanta do público um cara que a cada vez que via uma trans ou um homossexual tinha uma dor de cabeça violenta. A culpa batia diretamente, né? E ele se levanta e começa a falar contra nós, que nós estávamos dividindo o movimento proletário. Eu botei a mão na cintura e subi em cima da cadeira, baixou um santo, e eu disse: “Olha, eu não vim aqui para ensinar ninguém!”. E disse isso com todo o meu estofo anarquista, porque eu já tinha conhecido o grupo anarquista no Brasil, já conhecia toda a questão de ação direta, autonomia e já estava bem treinado nesses conceitos. Tanto que no Grupo Somos, nós éramos um *board*, um grupo que fazia, a cada mês, uma troca do nosso porta-voz. Essa era uma preocupação que tínhamos para evitar lideranças, porque todos eram donos da sua voz. Esse era o nosso projeto. “Chega da sociedade tirar a nossa voz enquanto homossexuais! Aqui dentro todo mundo vai ter voz”. Era um consenso da gente. Então, nessa noite eu me botei em cima da cadeira e disse: “Eu não vim aqui para ensinar nada para viado e lésbica, nem dizer o que eles têm que dizer. Eu sei como dói em mim, então vou pedir aos viados e às sapatatas aqui do público que se manifestem!”.

Vocês não podem imaginar o que aconteceu naquele momento. Foi um tiroteio de gente se levantando: “Na minha faculdade tem um monte de preconceituoso, não se pode nem pronunciar a palavra homossexual, e eu sou homossexual!”. Foi um tiroteio, uma guinada. Foi uma guinada! Todo mundo chorando de alegria. E as pessoas vieram depois falar com a gente. A partir desse momento, o Grupo Somos começou a existir. Inclusive porque as mulheres vieram. E nós tínhamos muita dificuldade para trazer mulheres para o grupo, porque para as lésbicas era muito mais difícil. Aparentemente, elas podiam estar no armário com mais tranquilidade, mas para assumir era uma coisa muito mais difícil naquele ambiente machista, de um patriarcado totalmente controlador, e em uma sociedade como as sociedades latino-americanas, onde o machismo é particularmente pesado.

Então foi a partir daquele momento que o Somos de fato começou a existir, e com vários grupos internos. Houve momentos em que tivemos mais de 100 pessoas participando ativamente do Somos. Conseguimos criar vários grupos: grupo de contato internacional, grupo de contato nacional, de divulgação, de discussão, de recepção dos novatos e novatas. Quando eles chegavam, eles entravam em um dos grupos para poder falar um pouco, e existia essa ansiedade de poder falar um pouco de si, de contar o porquê eles estavam lá. E eram jovens! Então aquela noite na USP teve um impacto muito grande, e foi impactante porque trouxe exatamente o que a gente não esperava.

Entrevista conduzida por Luiza Giandalia e Desirée Azevedo em 6 de outubro de 2016.

MARISA FERNANDES

Historiadora e Coordenadora

do Coletivo de Feministas Lésbicas

Nós fomos as primeiras mulheres a entrar no Grupo Somos. As duas primeiras. Logo depois, veio uma enxurrada de lésbicas

e já éramos umas 30. Então, foi muito legal, porque foi ali que eu percebi: “Esta é a luta que eu quero!”. Em 1976, 1977, eu oferecia o meu carro para o Libelu, o Liberdade e Luta, para que eles fizessem tudo o que precisassem: pegar coisas na gráfica do movimento estudantil, levar gente, pegar gente, levar para casa, para o hospital, o que precisasse. Mas eu não. Nada de entrar em partido. Partido nem tinha, porque era tudo clandestino, mas tinha algumas organizações. Só que eu não queria. Não queria sindicato, nada. Eu amava a autonomia. Eu trabalhava em uma metalúrgica e fui às greves operárias em São Bernardo, quando o Lula era dirigente sindical, mas nada daquilo me interessava. Interessava-me a luta, o movimento, o ativismo, a defesa, o combate contra o que agora chamamos de homofobia. Era isso que me interessava. Então para mim foi muito, muito importante!

Então, quando já éramos um grupo grande de mulheres, a gente percebeu: “Puxa, os caras são machistas... Nossos melhores amigos”. Porque finalmente tínhamos conhecido os gays. E a gente conheceu também o Ferro’s Bar, a grande referência. Tinha também outros bares, boates. Foi maravilhoso, porque conhecemos a noite lésbica em São Paulo! Passamos a ver iguais o tempo todo! Meu convívio com héteros era trabalho e família. O resto, todos os meus amigos e amigas eram gays ou lésbicas e isso era maravilhoso! E a gente lutava. Lutava muito. Fazia muitas coisas dentro do Somos. Mas os gays, nossos amigos, 99% deles eram bem machistas. Então eu me lembro muito bem do James Green e do Trevisan dizendo: “Vocês entraram no Somos, vocês estão no Somos, mas vocês têm que ir também para o movimento feminista! Levar essa discussão do movimento homossexual lá para dentro, e trazer a discussão do feminismo aqui para o Somos. Porque vocês reclamam que nós somos machistas, e a maioria é mesmo, nós somos sim, então vocês serão as responsáveis”. E abriu-se outra

porta gigantesca para nós, que foi o movimento feminista.

Nós já estávamos na comissão organizadora do 2º Encontro da Mulher Paulista no Tuca, na PUC, que ocorria no dia 8 de março. E ali tinha um grupo de esquerda, o MR-8. Meu Deus do céu! O que foi aquilo? As mulheres ali, querendo derrubar a ditadura, e era como se nós não quiséssemos. Nós éramos uma perfumaria, uma coisa inútil. A luta era geral, era pela derrubada da ditadura, pelas lutas democráticas, por creche para as mulheres, mas não se falava de sexualidade. Nós éramos uma aberração! E encaramos a violência dentro do movimento feminista. Foi terrível o que fizeram com a gente. Não nos davam voz, não nos davam inscrição, jogaram nosso cartaz no chão. Para o evento, nós havíamos feito um cartaz com a frase "amor entre mulheres" e tinha uma foto de uma mulher abraçando a outra. A foto era de nós mesmas: lindas, jovens. Era uma negra de peitos de fora e uma branca a abraçando por trás. Mas em dois instantes o cartaz foi parar no chão e as fotos foram rasgadas. Foi uma loucura! Se vocês pegarem a imprensa da época, está lá registrado, porque a grande imprensa registrava os *bafo*, e a gente era *bafo*.

Neste dia do evento, os gays foram cuidar da creche. Olha que lindo! As mulheres foram para o 2º Encontro da Mulher Paulista e os gays do Somos foram para a creche. Depois houve um debate entre os homens que estavam lá, os companheiros das feministas que estavam no evento discutindo machismo. E aqueles homens todos, de esquerda, stalinistas, tiveram que se confrontar também com o debate dos gays presentes. Então, na época, tudo era divino, maravilhoso. E foi muito importante.

Entrevista conduzida por Lufe Steffen em 8 de maio de 2017.

Coluna do Meio

"Ser mulher, não é só vestir saia, não"

(Mirabeau)

MARCHA ALEGRE, MAS NEM TANTO.

Numa tarde de sábado, Londres teve a oportunidade de presenciar uma bela passeata. Milhares de pessoas, em sua maioria jovens, carregando imensos cartazes e faixas. Não era nenhum movimento político, e sim uma marcha dos homossexuais ingleses — de ambos os sexos — para o reconhecimento dos seus direitos e mudança imediata das leis.

Em 67, um Ato do Parlamento considerou o homossexualismo livre, mas somente para maiores de 21 anos. Descontentes, eles saíram a rua para ampliar essa lei. Além de pretenderem abaxar a idade para 16 anos — como é na lei heterossexual — eles querem ampliar os direitos para a Escócia, Irlanda e principalmente para o Exército Inglês — que

ainda são reprimidos. E ainda, lutam para poder mostrar afeto em público.

Quando a Rainha Vitória liberou o homossexualismo masculino, depois de ter recebido manifesto assinado por milhares de pessoas, inclusive Oscar Wilde, foi consultada a respeito do lesbianismo. Sua resposta: "Não é necessário uma lei igual para as mulheres. Lesbianismo é uma lenda, não existe." Indignadas com as atitudes de menosprezo, as mulheres também saíram às ruas.

Os ingleses e americanos, por mais liberados e apoiados na lei que estejam ainda tem muito para reclamar. E, quanto a América do Sul? Até quando o homossexualismo vai ser considerado pecado, por uns, e doença por outros?



Liberdade para os homossexuais — homens e mulheres — para mostrar afeto em público



Segundo a Rainha Vitória, lesbianismo não existe. E lenda.

Entrega

• Os campineiros, em honra ao título que carregam, estão preparando o famoso Baile das Bonecas, que no ano passado teve repercussão nacional. Com medo da repressão estão fazendo tudo por baixo do pano, deixando a divulgação para alguns dias antes do acontecimento. A Miss Boneca, campineira, de 75, "Mirtz Helena" garante que ninguém vai lhe tomar o cetro.

• Comentário de um espectador sobre o travesti Vicky, uma das estrelas do show do Medieval: "Ela é um músculo".

• Valéria esteve, na sexta-feira passada, fazendo um show na Churrascaria Chloote, em Santos. Um pouco nervosa, a moça não queria entrar em cena, mas

CHANACOMCHANA

SÃO PAULO AGOSTO - 1985 CR\$3.500,00

LÉSBICAS E TRABALHO

PAG 19

GRUPO GAY DA BAHIA
CAIXA POSTAL 2552
40.000 - SALVADOR
BARRA - BRASIL




GALF: 6 ANOS
informes · poesia · galf na tv
artigos · correspondência

CHANACOMCHANA

GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA 3

GALF: A HISTÓRIA DE UM GRUPO DE MULHERES LÉSBICAS



edição de aniversário

CHANACOMCHANA

GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA 4

FERRO'S BAR, DIA 19 DE AGOSTO: UMA VITÓRIA CONTRA O PRECONCEITO



A OPÇÃO PELA AUTONOMIA

'FIM DE CASO': LÉSBICAS NO TEATRO

Pág. 59: "Coluna do Meio", seção homossexual criada por Celso Curi e publicada no jornal *Última Hora* (São Paulo) de 1976 a 1979. 10 de fevereiro de 1976.

O boletim *Chanacomchana* era tido como "um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas". Foi produzido pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista no início da década de 1980 e contou com diversas edições. Nos anos 90, reformulou-se como a revista *Um Outro Olhar*, produzida por Miriam Martinho.



LAMPIÃO

Edição experimental - Número zero

abril, 1978 - Circulação restrita

Homo eroticus

Um ensaio de

DARCY PENTEADO



Duelo de machões
Nureyev
VS Cássius Clay

**CELSO
CURI**
processado.
Mas qual é
o crime
deste rapaz?



Exclusivo
García Lorca
também assume

Uma noite no Cinema Iris

Colaboram
neste
número:

João Silvério
Trevisan
Gasparino
Damata

Francisco
Bittencourt
Clóvis
Marques

Iaponi
Araújo
Adão
Acosta

Aguinaldo
Silva
João Antônio
Mascarenhas

Edição experimental do *Lampião da Esquina* dedicada ao processo de Celso Curi pela publicação da "Coluna do Meio". Tido como porta-voz do movimento homossexual, o jornal, que circulou entre 1978 e 1981, teve distribuição em todas as regiões do Brasil e se tornou um marco de visibilidade para o movimento. Abril de 1978.



Boletim *Somos* nº 4, produzido pela Frente de Liberação Homossexual (FLH) da Argentina, cujo título inspira o primeiro grupo de homossexuais organizados no Brasil.



Edição experimental de *O Corpo*, boletim publicado pelo Grupo *Somos*. Novembro de 1980.



Panfleto da Facção Homossexual da Convergência Socialista, uma das tendências políticas atuantes no Grupo *Somos*. Junho de 1981.

Só Falta Você!

I. ENCONTRO

BRASILEIRO DE

HOMOSSEXUAIS

DIA 6 DE ABRIL DE 1980

Horário: 14,00 horas

Local: *TEATRO RUTH ESCOBAR
RUA DOS INGLESES, 209.*

SOMOS - GRUPO DE AFIRMAÇÃO HOMOSSEXUAL

Viva a Homossexualidade

BRASIL: 4 ANOS DE MOVIMENTO HOMOSSEXUAL
13 de JUNHO - DIA DE PRAZER E LUTA HOMOSSEXUAL
28 de JUNHO - DIA INTERNACIONAL DE LUTA HOMOSSEXUAL

JUNHO/82 PROGRAMAÇÃO

dia 14 segunda 20:00h	FILME ORGIA OU O HOMEM QUE DEU CRIA direção: JOÃO SILVÉRIO TREVISAN	rua 13 de maio, 124
dia 18 sexta 20:00h	DEBATE: LESBIANISMO E FEMINISMO com: IREDE CARDOSO MARIA CARNEIRO DA CUNHA RUTH ESCOBAR MARIA MORAES REGINE CIDA KOPCAK MARIA OTÍLIA BOCCHINI TEREZA VERARDO	SEDE G.A. LÉSBICO-FEMINISTA SEDE OUTRA COISA A.H. rua aurora 736 op 10
dia 19 sábado 23:00h	FESTA: 4 ANOS DE MOVIMENTO HOMOSSEXUAL	TEATRO RUTH ESCOBAR rua dos ingleses
dia 25 sexta 20:00h	DEBATE: POLÍTICA E DESEJO com: JORGE MAUTNER CELSO CURY PETER FRY MARIA RITA KEHL NÉSTOR PERLONGER LUIS ANTÔNIO RAHAL	SINDICATO DOS JORNALISTAS rua rego freitas 530
dia 26 sábado 20:00h	FILME: TROTTA direção: JOHANNES SCHAAF	SEDE GRUPO SOMOS A.H. rua abolição 244 bdeavsb
dia 27 domingo 14:00h	INTERVENÇÃO NO IBIRAPUERA agitos, barraca, pic-nic, bate-papos, faixa, paquera e você	PARQUE IBIRAPUERA entrada do MAC atrás do pavilhão do biend

Cartaz do I Encontro Brasileiro de Homossexuais, realizado em São Paulo no dia 6 de abril de 1980. O evento reuniu grupos das principais capitais brasileiras e mais de 500 pessoas.

Cartaz do evento em celebração aos quatro anos de Movimento Homossexual no Brasil. Junho de 1982.





CONQUISTAS E DESAFIOS

Mais de três décadas já nos separam do final da ditadura. Passamos por um longo, complexo e controlado processo de transição que, apesar de seus limites, culminou com a promulgação, em 1988, de uma nova Constituição comprometida com valores básicos de cidadania.

Assim, o antigo Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), surgido durante a ditadura, tornou-se o atual movimento LGBT, sofrendo diversas transformações e contribuindo para promover importantes mudanças nas mentalidades e instituições. Por todo o país proliferaram coletivos e grupos organizados, diversificando as identidades dentro da “sopa de letrinhas” LGBT; multiplicaram-se as formas de luta, conquistando-se direitos, construindo-se políticas públicas e realizando-se os maiores atos de rua desde as Diretas Já, com as Paradas do Orgulho LGBT; e, no mundo virtual, ocuparam-se as redes sociais com novos ativismos.

Nos últimos dez anos foram assegurados, por decisões vinculantes do Supremo Tribunal Federal (STF), os direitos historicamente reivindicados no mundo todo pela comunidade: a união estável e o casamento homoafetivo (2011), a mudança de prenome e sexo nos registros de pessoas trans (2018) e a criminalização da LGBTfobia (2019). Contudo, apesar de todos esses avanços, o momento vivido é bastante grave. O Brasil segue ocupando, ano a ano, o topo dos rankings internacionais de assassinatos de pessoas LGBT. Noticiam-se casos de censura e de desmonte das políticas de diversidade sexual e de gênero. Entre as garantias asseguradas pelo STF e o policiamento de rua, que deveria se empenhar em implementá-las, há ainda uma distância abissal.

Desse modo, a proposta desta exposição, de conduzir o olhar para o passado, diz respeito também ao desejo de olhar para o presente, a fim de buscar meios para que uma determinada versão da moral e dos bons costumes não volte a ter, entre nós, o mesmo peso que teve tão pouco tempo atrás. [RQ]

Desenho da cartunista
Laerte Coutinho produzido
para a exposição.

HOMOSSEXUALIDADE E CONSTITUINTE

JOÃO ANTÔNIO MASCARENHAS

(1927-1998) foi um importante ativista na luta pelos direitos dos cidadãos homossexuais no Brasil, além de fundador do jornal *Lampião da Esquina* e do Grupo Homossexual Triângulo Rosa (1977-1988), atuante no Rio de Janeiro. Em seu discurso na Assembleia Nacional Constituinte, em 27 de abril de 1987, argumentou sobre a urgente necessidade de proibir a discriminação por orientação sexual na nova Constituição brasileira. A seguir, o texto do discurso está reproduzido integralmente, sem intervenções.

Excelentíssimos senhores e senhoras Constituintes,

O EXPOSITOR

Na condição de representante não só do TRIÂNGULO ROSA, mas de todas as entidades congêneres que integram o Movimento Brasileiro de Liberação Homossexual, queremos, em primeiro lugar, manifestar nossa satisfação por estarmos aqui presentes e, em segundo, desejamos expressar nossos cumprimentos pela largueza de vistas de V.Ex.as., que os levaram a disporem-se a ouvir, na Assembleia Nacional Constituinte, um porta-voz de um segmento social estigmatizado.

A REIVINDICAÇÃO

Vimos à presença dos ilustres parlamentares, que compõem esta Subcomissão, a fim de solicitar-lhes que, na próxima Constituição Federal, incluam expressa proibição de discriminação por orientação sexual no dispositivo que substituirá o Art. 153, § 1º, da Constituição vigente. Cabe ressaltar que tal reivindicação não é só nossa, ela é esposada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher,

conforme anteprojeto a V.Ex.as. recém-encaminhado por aquele eficiente órgão.

A proibição por nós pleiteada encaixar-se-á perfeitamente bem no dispositivo que substituirá o atual Art. 153, § 1º. É ali o seu lugar.

Se o machismo constitui o móvel da discriminação por sexo, esse mesmo machismo provoca a discriminação por orientação sexual. Logo, nada mais lógico que ambas as proibições apareçam juntas, lado a lado. Aliás, temos a honra de ver esse nosso pensamento compartilhado não só pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher como, igualmente, pelo Prof. Hélio Santos, da extinta Comissão de Estudos Constitucionais, e pelo Prof. Cândido Mendes de Almeida, Presidente da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, conforme recente depoimento prestado por S.S.a. a esta colenda Subcomissão.

Proibir a discriminação por orientação sexual somente em lei ordinária representaria um ato discriminatório. Daria a impressão que as outras espécies de discriminação eram mais importantes, que somente elas mereceriam figurar na Carta Magna. Estaria, aí, ferido o princípio da isonomia. Uns seriam, e continuariam a ser, “mais iguais” do que outros.

O TRIÂNGULO ROSA

Agora, umas breves informações sobre o TRIÂNGULO ROSA e o Movimento, do qual ele faz parte. O TRIÂNGULO ROSA é um grupo carioca de liberação homossexual, legalmente registrado, cujo objetivo consiste em lutar pela proteção dos direitos de todas as minorias oprimidas, sem exceção, e, de maneira especial, pela formada pelos homossexuais, os quais se veem expostos a uma condenação de intensa carga emocional, que os torna verdadeiros párias.

O nome escolhido pela associação, de que eu sou o Diretor de Comunicação

Social, visou a homenagear os cerca de sessenta mil (60.000) homossexuais imolados em campos de concentração nazistas, onde eram obrigados a usar um triângulo rosa em seus uniformes de prisioneiro, como distintivo da orientação sexual e único motivo do encarceramento.

O MOVIMENTO

O Movimento Brasileiro de Liberação Homossexual não assume a configuração de uma pessoa jurídica determinada e não se cinge à simples soma dos grupos de liberação homossexual existentes no País. Impõe-se como um ordenamento, um processo em marcha, rumo a um fim pré-estabelecido. Assim, em sua amplitude, compreende todas as manifestações intencionais, de pessoas jurídicas e físicas, suscetíveis de contribuir para o combate aos preconceitos, em matéria de sexo.

O movimento, em seu feito atual, iniciou-se na Holanda, em 1947, passando daí para a Dinamarca e a Noruega, em 1948, e, nesse mesmo ano, sem qualquer vinculação com a Europa, surgiu nos Estados Unidos da América, onde adquiriu força especialmente a partir de 1969. No Brasil, só começou a afirmar-se em 1978, coincidindo com a criação da Associação Internacional Lésbica e Guei, com sede em Estocolmo, a qual, hoje, congrega filiados em mais de trinta países, inclusive o nosso.

SOLIDARIEDADE DE ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS

A exiguidade de tempo coage-nos a restringir-nos à enumeração de uns poucos, mas significativos, exemplos, no exterior e em nosso país.

As Associações Norte-Americanas de Sociologia (1969), de Antropologia (1970), de Psiquiatria (1973) e de Psicologia (1975) declararam-se contrárias à discriminação por orientação sexual. No mesmo sentido posicionaram-se a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1981 e 1982),

Associação Brasileira de Antropologia (1982 e 1986), Associação Brasileira de Estudos Populacionais (1984), Associação Brasileira de Psiquiatria (1984) e Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (1984).

SOLIDARIEDADE DE POLÍTICOS

Em 1981, o Grupo Gay da Bahia – o primeiro a ser registrado no Brasil – lançou-se numa campanha para tornar sem efeito, em território nacional, o código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças, da Organização Mundial da Saúde, que qualifica a homossexualidade de “desvio e transtorno sexual” (Capítulo V, “Transtornos Mentais”).

Essa iniciativa foi calorosamente apoiada por ativistas gueis, de diversas Unidades Federativas, e, como resultado, com ela solidarizaram-se: a. – sete Câmaras Municipais (Florianópolis; Maceió; Olinda; Pompeia, SP; Porto Alegre; Salvador; São Paulo); b. – três Assembleias Legislativas (Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo); c. – trezentos e cinquenta e oito (358) políticos eleitos em 15-XI-82, inclusive S.Ex.as. o Sr. Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, e o Sr. Senador Mário Covas, Líder do PMDB.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Finalmente, em Sessão Plenária de 9-II-85, o Conselho Federal de Medicina resolveu acatar a nossa reivindicação. A homossexualidade que, no Brasil, há muito tempo não era mais capitulada como crime, também deixou de ser considerada doença, daquela data em diante.

RESPALDO À NOSSA ATUAL REIVINDICAÇÃO

Cumpramos frisar algumas outras importantes atitudes de apoio à nossa atual reivindicação:

- até 24 do corrente mês de abril, vinte de sete (27) Constituintes solidarizaram-se conosco;
- o XXI Congresso Nacional dos Jornalistas, em novembro último, emendou o Código de Ética do Jornalista, a fim de proibir a discriminação por orientação sexual (Art. 10º, letra “d”), aprovando, por unanimidade, proposta patrocinada por dez sindicatos de jornalistas profissionais;
- o Prof. Hélio Santos comunicou-nos que, ao propor inclusão da expressão “particularidade social” no § 1º do Art. 31, do capítulo da “Declaração de Direitos”, do esboço constitucional elaborado pela Comissão de Estudos Constitucionais, estava pretendendo com ela proibir a discriminação de que são objeto os homossexuais;
- no VIII Encontro Nacional Feminista, em Petrópolis, RJ, em 1986, foi aprovada moção de solidariedade à nossa campanha em prol da proibição de discriminação por orientação sexual.

LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA

No exterior, nos últimos anos têm sido promulgadas muitas leis de proteção aos homossexuais e vários órgãos governamentais – em geral, prefeituras – contribuem financeiramente para a manutenção de grupos de liberação homossexual (p. ex.: Barcelona, Bolonha, Estocolmo, Londres, Oslo). Na Noruega e na Suécia, se um nacional desses países mantém uma relação homossexual de mais de seis meses de duração com um estrangeiro, este recebe autorização para viver permanentemente no país e permissão para nele exercer atividade remunerada. Na Holanda é proibida qualquer discriminação por orientação sexual no serviço público, civil e militar.

Nos Estados Unidos da América, então, a legislação favorável aos homossexuais de tão abundante torna-se quase inumerável, especialmente porque, lá, não só a União, mas os Estados, os Municípios e até os Distritos (“counties”) legislam

sobre direitos civis. Apesar disso, é um dos países mais atrasados sobre o assunto, no mundo ocidental cristão. Se, de um lado, há San Francisco, a cidade mais ostensivamente guei do universo, de outro, em pouco menos de metade dos Estados (24 em 50) a sodomia (coito anal) e a felação (coito oral; boca/pênis), mesmo entre cônjuges, são ainda criminalizadas, quando na França, desde Napoleão, em princípios do século XIX, tais condenações foram varridas do Código Penal.

Nas Leis dos Direitos Humanos, das províncias de Québec (1975) e Ontário (1986) é proibida a discriminação por orientação sexual e o Ministro da Justiça, do Canadá, garantiu à Câmara dos Comuns, em Ottawa, que o Governo Federal não se oporá ao projeto de lei do Deputado Svend J. Robertson, no sentido de que a Lei Canadense dos Direitos Humanos venha a ser emendada, a fim de nela também incluir-se proibição de discriminação por orientação sexual, o que provavelmente ocorrerá no decorrer deste ano.

Juntamos ao presente trabalho o texto dos Artigos 135a. e 349a. (original e tradução) acrescidos ao Código Penal Norueguês, em 1981, os quais punem a discriminação por orientação sexual.

PRECONCEITO E DESINFORMAÇÃO

Os programas de televisão e o chamado teatro de revista, em geral, exibem o que eles convencionaram “construir” como protótipo do homossexual brasileiro: um tipo extremamente efeminado, cheio de maneirismos grotescos, neurótico, fútil, ridículo. O homossexual aparece como um travesti, ou quase; enfim, como a caricatura de uma mulher, e de uma mulher vista por um ângulo machista.

Na imprensa, o preconceito nem sempre se manifesta abertamente. Assim, o jornalista portador de ideias preconcebidas, consciente ou inconscientemente:

- trata categorias diferentes como se fossem idênticas, estabelecendo,

- por exemplo, falsa sinonímia entre “homossexual” e “travesti prostituto”;
- frisa a homossexualidade de um delinquente, quando essa não influiu em nada sobre o delito cometido;
- induz, gratuita e erroneamente, uma vinculação pretensamente automática entre a homossexualidade e o submundo, especialmente com a prostituição e o tráfico de drogas, quando, no corpo da notícia, nada existe que corrobore a insinuação;
- trunca fatos ou, até, relata-os de forma inteiramente inexata, procurando ligar a homossexualidade com o crime ou com a doença;
- nega-se a retificar informações inverídicas veiculadas;
- recusa-se a divulgar situações e pronunciamentos que contradizem os preconceitos por ele (o discriminador) cultivados.

O HOMOSSEXUAL

Quem é homossexual? O homem efeminado e a mulher masculinizada? O que se engaja unicamente em atos sexuais com pessoas do mesmo gênero? E o que o faz indiferentemente, com pessoas de sexos diverso, o bissexual? O bissexual não passa de um homossexual enrustido? Qual o número e a frequência de atos homossexuais necessários para ser qualificado de guei? E a partir de que idade? O fato de ganhar um dinheirinho e desempenhar o papel “ativo” torna o homem imune à temida etiqueta? E o que, por determinado período, manteve relações com criaturas do mesmo sexo, mas depois passou a fazê-lo exclusivamente com pessoas do sexo oposto? Como enquadrá-lo? Há um prazo para a concessão do “perdão”, para que “prescreva” o rótulo infamante e ele possa voltar a “merecer” o “certificado” de heterossexual?

A confusão aumenta ao lembrarmos de que a maioria esmagadora dos homossexuais não é “visível”, detectável; forma-se de homens e mulheres casados, que se empenham em não

ser identificados como gueis e, não raro, até atacam violentamente os que compartilham da mesma orientação sexual, pois, assim – pensam – dão uma demonstração de heterossexualidade e dissipam eventuais suspeitas de que receiam ser alvo.

Além disso, há quem afirme que o vocábulo “homossexual” não é substantivo, somente adjetivo. Destarte, poder-se-ia somente falar em ato, atividade, relação e identidade homossexuais.

Mas isto não preocupa o TRIÂNGULO ROSA nem os demais integrantes do Movimento Brasileiro de Liberação Homossexual. Não nos interessa pesquisar a orientação sexual de ninguém. Nosso empenho reside apenas em combater os preconceitos.

DISCRIMINAÇÃO

O preconceito constitui a causa da discriminação, a qual, quando se manifesta pelos meios de comunicação social, tem seus efeitos multiplicados. De um lado, a pessoa que, por jornal, revista, rádio ou televisão, é qualificada de homossexual, ou bissexual, quase invariavelmente vê sua vida afetada no lar, na escola, no trabalho e às vezes até na moradia. A par disso, perde amizades e passa a ser objeto de chacota, de parte de muitos. De outro lado, a identificação da homossexualidade com a doença, o transvestismo, o atentado ao pudor, a prostituição, o furto e os tóxicos levam o público desavisado a encarar o homossexual como um marginal merecedor de desprezo. Isto cria muitos problemas, especialmente para os adolescentes, que são expulsos de casa, tornam-se desajustados e, em casos extremos, chegam ao suicídio.

Sem dúvida, a discriminação que provoca mais lamentáveis resultados é a que se verifica no âmbito familiar, justamente a menos divulgada, porque os discriminadores timbram em abafá-la e os discriminados, em geral jovens sem autonomia financeira, não se encontram aparelhados para enfrentá-la.

Tomamos a liberdade de pedir aos ilustres membros desta Subcomissão que examinem nosso trabalho: Homossexualidade no Brasil – Alguns casos noticiados na imprensa. Nele acham-se coligidos vários tipos de discriminação por orientação sexual, com nomes, lugares e datas.

ENCERRAMENTO

Ao finalizar, queremos agradecer a atenção que nos dispensaram e aproveitamos a oportunidade para reiterar-lhes a solicitação de apoio à nossa reivindicação.

Não temos a ingenuidade de supor que a discriminação por motivo de orientação sexual desaparecerá, de um dia para outro, pelo só fato de a Constituição Federal passar a proibi-la. Não, a medida por nós pleiteada visa a permitir que o oprimido fique juridicamente habilitado a exigir o respeito aos seus direitos. Nem mais, nem menos.

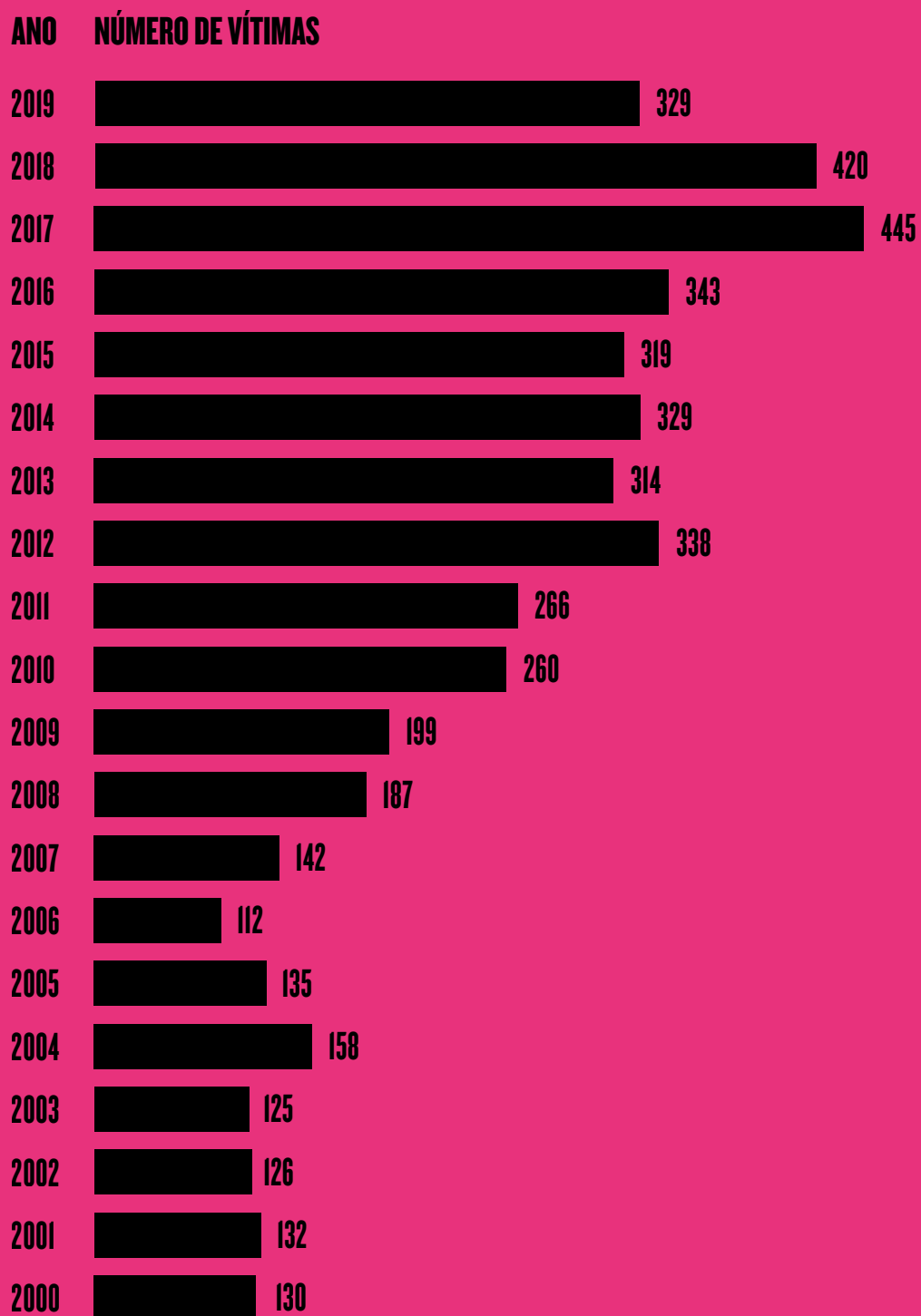
Contamos com a esclarecida solidariedade de V.Ex.as.
Muito obrigado.

João Antônio de Souza Mascarenhas
Diretor de Comunicação Social
Rio de Janeiro, 27 de abril de 1987

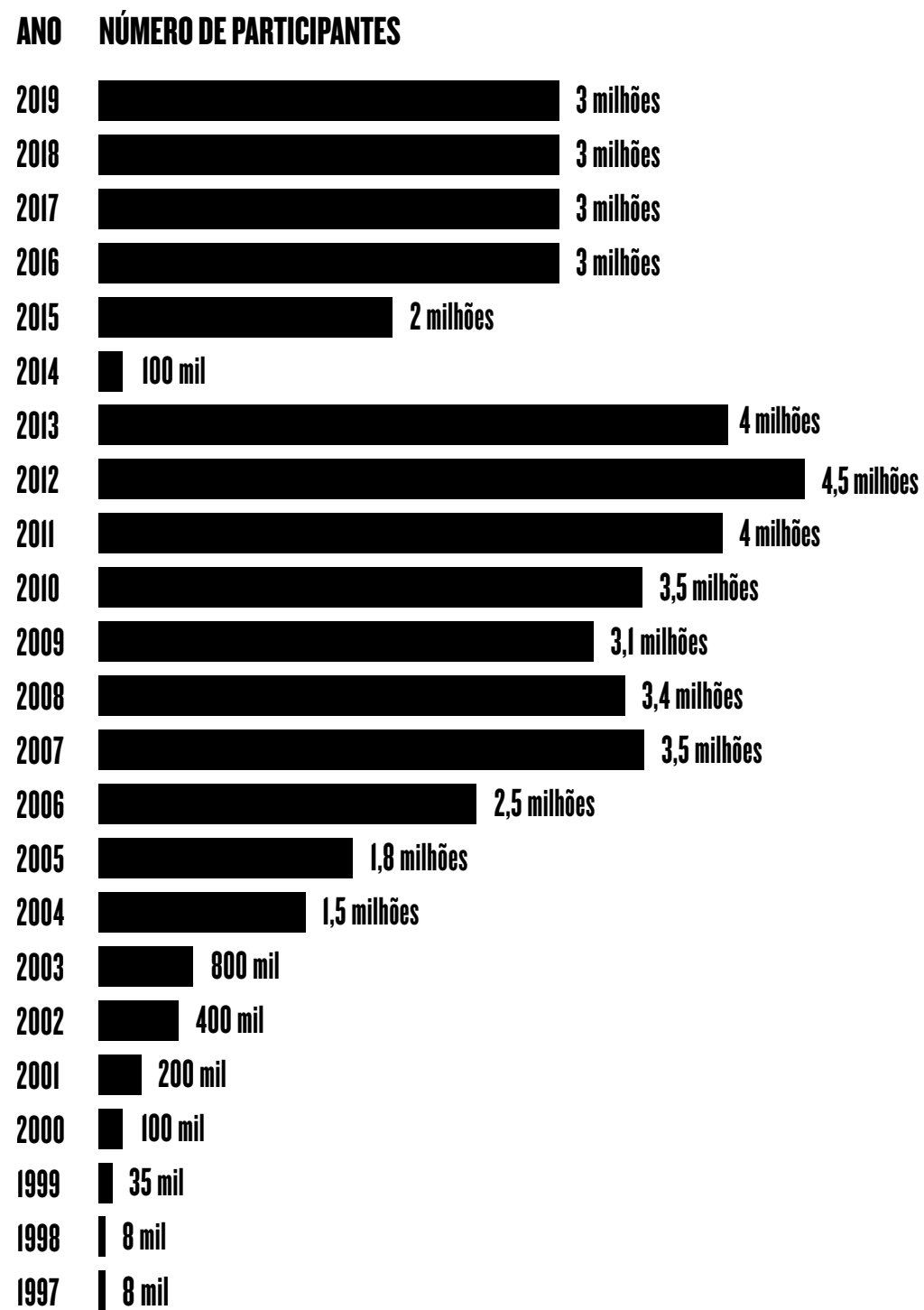
Ato contra os Rondões do delegado José Wilson Richetti.
13 de junho de 1980.



PESSOAS LGBT MORTAS NO BRASIL DE 2000 A 2019



PÚBLICO DA PARADA DO ORGULHO LGBT DE SP DE 1997 A 2019



BANDEIRAS LGBT+



A bandeira do arco-íris foi criada em 1978 por Gilbert Baker, em São Francisco, com a intenção de visibilizar a comunidade LGBT.



A bandeira bissexual foi criada em 1998 por Michael Page para representar os bissexuais nas Paradas do Orgulho.



A bandeira lésbica foi criada em 1999 por Sean Campbell. Carrega consigo os significados de força e independência. Entre seus símbolos se encontram o lábris, referência às sociedades matriarcais amazonas, e o triângulo preto, que remete à perseguição às mulheres ditas "associais" durante o nazismo na Alemanha.



A bandeira trans foi criada em 1999 por Monica Helms e usada pela primeira vez na Parada LGBT de Phoenix, EUA, em 2000.



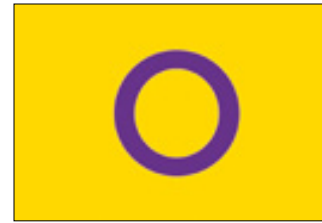
A bandeira pansexual foi criada por Jasper (justjasper no Tumblr) em 2010.



A bandeira da visibilidade assexual foi criada em 2010 em concurso realizado pela Asexual Visibility and Education Network.



A bandeira de identidade não binária foi criada em 2010 por Marilyn Roxie e chegou ao seu design atual em 2012.



A bandeira intersexo foi criada em 2013 pela Organisation Intersex International Australia (OI Australia), um grupo de ativismo intersexo da Austrália fundado em 2009.



A bandeira que representa as pessoas agêneras foi criada em 2014 por Salem X/"Ska".



A bandeira dos ursos foi criada por Craig Bynes e Paul Witzkoske e foi escolhida em um concurso promovido pelos Chesapeake Bay Bears (CBB).



A bandeira leather (couro) foi criada por Tony DeBlase em 1989 e começou a ser usada em 1990.



A bandeira dos aliados data da década de 1990, quando o termo "simpatizante" se popularizou. A bandeira é composta pela letra "A" de ally (aliado), nas cores da bandeira da diversidade sexual, com a bandeira hétero ao fundo.

CASA I

A censura no Brasil não é um episódio histórico isolado, não se resume a um acontecimento e não possui cara ou autoria específicas. A censura vem sendo um estado de atuação ética e política ao longo de toda a formação do país. Por isso, pensar a censura como um fato ou ação eventual na história enfraquece o nosso conhecimento de com quem ela, enquanto instrumento de poder, instaura a sua aliança.

Perceber a censura integrada ao nosso cotidiano nos permite compreendê-la enquanto cultura. E, por ser cultura, é identificada nos campos do afeto, da comunicação, das instituições, da educação, da linguística, da economia, da saúde e sob as mais diversas escalas e formas de operação. Ela é uma prática que mede e cria valores responsáveis por autorizar aquele ou aquilo que teria a competência de existir e, consequentemente, desautorizar aquele ou aquilo que não teria tal competência, pois toda autorização necessariamente desautoriza algo, e vice-versa.

O Instituto Temporário de Pesquisa sobre Censura é um dispositivo de investigação e imaginação sobre a censura no país. Proposto pela Casa 1 – uma clínica social, centro cultural e sobretudo um espaço de acolhida para jovens LGBT expulsos de casa por suas orientações afetivo-sexuais e identidades de gênero –, o projeto parte da premissa de que o debate e a reflexão sobre a censura

no país devem ser permanentes e constantes. Para a exposição *Orgulho e resistências: LGBT na ditadura*, do Memorial da Resistência de São Paulo, o Instituto Temporário de Pesquisa sobre Censura é ativado por meio de uma plataforma digital, uma espécie de sala de mediação que reúne um conjunto de imagens, vídeos, áudios, textos, ilustrações e propostas de atividades.

O Instituto Temporário de Pesquisa sobre Censura se configura, assim, como um grupo de arte e pesquisa voltado para a investigação da censura no Brasil. Como grupo, investiga a trajetória da censura desde o processo de colonização, buscando reconhecer suas dimensões políticas, sociais, econômicas, raciais e de gênero, entre tantos outros recortes e processos. O Instituto parte do exercício fundamental de pensar sobre as reverberações dessas censuras, seja a que proíbe o que já existe ou a que ceifa o imaginário daquilo que não está dado. Dentro de uma cultura na qual a censura desenha um horizonte único e homogêneo, visa a performar um trabalho que contesta a presença desse dispositivo como um estímulo para um trabalho permanente, um trabalho para imaginar futuros.

CASA 1
Casa de Cultura e Acolhimento LGBT
facebook.com/casaum

CASA 

PARA SABER MAIS

BUZOID, Alfredo. *Em defesa da moral e dos bons costumes*. Brasília: Ministério da Justiça, 1970.

CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

COLAÇO, Rita. *De Daniele a Chrysóstomo – Quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2012.

COWAN, Benjamin. *Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil*. University of North Carolina Press, 2016.

CRUZ, Rodrigo Rodrigues da. *Do protesto às urnas: O movimento homossexual na transição política (1978-1982)*. Guarulhos, 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho: um possível romance autobiográfico*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

GREEN, James N. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 2000.

____; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

____; TRINDADE, Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e Pornográficos: Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

OCANHA, Rafael Freitas. *“Amor, feijão, abaixo camburão” – Imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983)*. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, 2014.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: as políticas sexuais da ditadura brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021 (no prelo).

REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Edusp, 2011.

SILVA, Claudio Roberto da. *Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FFLCH/USP, 1998.

SILVA, Deonísio da. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SIMÕES, Inimá. *Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil*. São Paulo: Senac São Paulo, 1999.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009

SOUTO MAIOR JR, Paulo Roberto. *Escrever para inscrever-se: epistolografia homossexual nas páginas do Lâmpião da Esquina (1978-1981)*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 19, set./dez., 2016, pp. 254-282.

SOUZA, Rafael de. *Saindo do gueto: o Movimento Homossexual no Brasil da abertura, 1978-1982*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, USP, 2013.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. São Paulo: Record, 2007.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

SOBRE OS ACERVOS

ACERVO BAJUBÁ

Desde 2010 o Acervo Bajubá se dedica à preservação, salvaguarda e instigação historiográfica da arte, da memória e da cultura LGBT no Brasil. Uma política de aquisição de livros, periódicos e obras de arte, entre outros materiais, coloca a coleção em constante crescimento. Graças aos esforços de seus colaboradores e colaboradoras, o Acervo Bajubá contabiliza mais de 3500 itens produzidos por lésbicas, gueis, bissexuais, travestis e transexuais ou que tematizam a diversidade sexual e a pluralidade de expressões de gênero no país.

ACERVO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

Fruto da ação dos Programas Coleta Regular de Testemunhos e Lugares da Memória, o acervo da instituição relaciona memória coletiva e história, possibilitando pesquisas sobre os processos de repressão e resistência vividos durante a ditadura brasileira. Seu repertório temático articula a coleção de história oral, com testemunho de diversos atores sociais do período, e referências bibliográficas, iconográficas e históricas sobre os lugares da memória do estado de São Paulo.

ACERVO MUSEU DA DIVERSIDADE SEXUAL

O acervo do Museu da Diversidade Sexual está localizado nas dependências do Teatro Sérgio Cardoso. É constituído por obras de arte contemporânea que em sua maioria integraram as exposições da instituição e compõem a coleção de arte do Museu. Incorpora também um acervo histórico composto majoritariamente por materiais gráficos e de imprensa, que são gerenciados pela instituição e se encontram em comodato com as associações Diversa Arte e Cultura e Associação da Parada GLBT de São Paulo.

ARQUIVO NACIONAL

O Arquivo Nacional tem sob sua guarda um vasto e riquíssimo acervo que conta parte importante da História do Brasil. Tanto em sua sede, no Rio de Janeiro, como em sua Coordenação Regional, em Brasília, o AN trata, preserva e dá acesso a um patrimônio documental de valor inestimável para nossa sociedade e para o mundo. São milhões de documentos textuais (que se fossem empilhados somariam 55 quilômetros), cerca de 1,74 milhão de fotografias e negativos, 200 álbuns fotográficos, 15 mil diapositivos, 4 mil caricaturas e charges, 3 mil cartazes, mil cartões postais, 300 desenhos, 300 gravuras e 20 mil ilustrações, além de milhares de mapas, plantas arquitetônicas, filmes, registros sonoros e uma coleção de livros que supera 112 mil títulos, sendo 8 mil raros.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Arquivo Público do Estado de São Paulo possui um rico acervo histórico sobre a história de São Paulo, preservando documentos textuais, fotografias, mapas, ilustrações, jornais, revistas e livros que podem ser consultados por qualquer cidadão. O órgão ainda armazena a documentação produzida pelo Deops até sua extinção, em 1983. Esse acervo é formado por aproximadamente 3,5 milhões de documentos, 1.538.000 fichas, 149.917 prontuários e 9.141 “dossiês” de pessoas, partidos políticos, empresas e movimentos sociais de interesse dos órgãos de repressão. O acervo do Deops continua sendo consultado através das fichas remissivas dos 36 fichários metálicos que vieram das suas delegacias especializadas. As fichas estão divididas em três arquivos: o Arquivo Geral, o Arquivo da Delegacia de Ordem Social e o Arquivo da Delegacia de Ordem Política.

GRUPO DIGNIDADE

O Grupo Dignidade é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos (ONG) fundada em 1992 em Curitiba. Tem como um dos seus diretores Toni Reis, umas das principais lideranças LGBT+ do país. Desde 2007 conta com o seu Centro de Documentação Prof. Luiz Mott, que hoje abriga toda o acervo do antropólogo, anteriormente conservado pelo Museu da Sexualidade, em Salvador. Uma das principais ações de difusão do acervo efetuada pelo grupo foi a digitalização integral de todas as edições do jornal *Lampião da Esquina*, possibilitando assim a realização de uma série de pesquisas sobre o periódico.

SOBRE OS AUTORES

JULIA GUMIERI

é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (2017) e graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011). Entre 2013 e 2014, foi membro da Comissão da Verdade da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Atua nas áreas de História Social, História Política e Direitos Humanos, com ênfase em pesquisas sobre a ditadura brasileira e as políticas de reparação promovidas pelo Estado no país. Atualmente trabalha como pesquisadora do Memorial da Resistência de São Paulo.

RENAN QUINALHA

é professor de Direito da Universidade Federal de São Paulo, advogado e ativista no campo dos direitos humanos. Graduado em Direito e em Ciências Sociais, com Mestrado e Doutorado pela Universidade de São Paulo. Professor visitante na Universidade Estadual de Campinas (2018). Foi assessor jurídico da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e consultor da Comissão Nacional da Verdade para assuntos de gênero e sexualidade. Foi Visiting Research Fellow no Watson Institute da Universidade de Brown. Membro do Conselho de Orientação Cultural do Memorial da Resistência de São Paulo, do Conselho do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp) e do Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Advogado inscrito na OAB/SP, Membro da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/SP. Presidente do Conselho de Administração do Núcleo de Preservação da Memória Política. Publicou o livro *Justiça de transição: contornos do conceito* (Expressão Popular, 2013) e co-organizou as obras *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade* (EdUFSCar, 2014) e *História do Movimento LGBT no Brasil* (Alameda, 2018). Em 2021, lançará pela editora Companhia das Letras a obra *Contra a moral e os bons costumes: as políticas sexuais da ditadura brasileira*.

LEONARDO AROUCA

é historiador formado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Atua como analista de documentação e acervo no Museu da Diversidade Sexual e realiza pesquisa sobre o advento da imprensa gay no Brasil a partir da análise da “Coluna do Meio” (1976-1979). Atua no campo da documentação (museológica e arquivística), realizando projetos como a organização do Acervo Claudia Wonder (2018-2020), coordenada pela Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo, e na política de acervos do Museu da Diversidade Sexual. É membro fundador da Rede Latino-Americana de Arquivos, Museus, Acervos e Investigadores LGBTQIA+ e membro do Acervo Bajubá e do Museu de Território Bajubá. Realizou a pesquisa expográfica da exposição *Devassos no paraíso: o Brasil mostra a sua cara* no Museu da Diversidade Sexual (2018-2019). Atuou como co-curador e pesquisador na exposição *Orgulho e resistências: LGBT na ditadura* (2020), no Memorial da Resistência de São Paulo, com Renan Quinalha e Julia Gumieri.



CRÉDITOS

Capa, segunda capa, págs. 2, 4, 12, 14, 16, 26, 32–33, 34, 36, 38, 40, 42, 43, 44, 46–47, 95: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Págs. 8–9: cortesia Fernando Uchoa.

Págs. 18–19, 24–25: foto: Vânia Toledo.

Págs. 20, 28: cortesia Daza Filmes.

Págs. 22, 64, 65: Acervo Bajubá.

Págs. 23, 59, 66, 67, 70: Acervo Museu da Diversidade Sexual.

Págs. 30, 31: Arquivo Nacional (BR RJANRIO TT.O.MCP.PRO.1334, BR DFANBSB NS.AGR.COF.MSC.0279).

Págs. 50–51, 52–53, 77: cortesia James Green.

Págs. 60, 61: Acervo Bajubá/Miriam Martinho.

Pág. 62: cortesia Grupo Dignidade (grupodignidade.org.br).

Págs. 68–69: foto: Adriana de Maio, Acervo Museu da Diversidade Sexual.

Págs. 88–89: Vistas da exposição. Foto: Julia Thompson e Marina Lima.

Todos os esforços foram feitos para identificar e creditar os detentores de direitos autorais das imagens publicadas. Caso tenha havido alguma violação involuntária, eventuais omissões serão incluídas em edições futuras.



Págs. 8–9: Grupo Somos no Ato do 1º de Maio no ABC Paulista, durante a Greve dos Metalúrgicos de 1980.



Págs. 18–19, 24–25: Fotografias do acervo pessoal de Vânia Toledo, fotógrafa autodidata que, da década de 1970 à de 1990, documentou os grandes espetáculos da subcultura homossexual e transexual de São Paulo. Como profissional, trabalhou ainda para importantes veículos da imprensa nacional e internacional e produziu retratos de artistas como As Frenéticas, Cazuza, Ney Matogrosso, Clodovil, Fernanda Montenegro e, recentemente, Laerte Coutinho. Faleceu em julho de 2020.



Págs. 68–69: Operação Bonecas é deflagrada para a apreensão de homossexuais na cidade do Rio de Janeiro. Novembro de 1970.



Págs. 46–47 e capa: Manifestação nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo contra os Rondões do delegado José Wilson Richetti. 13 de junho de 1980.



Pág 68–69: Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Junho de 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador do Estado de São Paulo
João Doria

Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa
Sérgio Sá Leitão

Secretária Executiva de Estado de Cultura e Economia Criativa
Cláudia Pedrozo

Chefe de Gabinete de Estado de Cultura e Economia Criativa
Frederico Mascarenhas

**CONSELHO DE ORIENTAÇÃO CULTURAL
DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA**

Antônio Visconti, Carla Gibertoni Carneiro, Lauro Pereira Ávila, Marlon Weichert, Paulo Vannuchi, Renan Honório Quinalha.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

Diretor Geral
Jochen Volz

Diretor Administrativo e Financeiro
Marcelo Costa Dantas

Diretor de Relações Institucionais
Paulo Romani Vicelli

Coordenadora
Ana Pato

Coordenadora do Programa Educativo
Aureli Alves de Alcântara

Educadores
Alessandra Santiago da Silva, Aléxia Sayuri Hino,
Ana Carolina Ramella Rey Ammon,
Daniel Augusto Bertho Gonzales, Marcus Vinicius Freitas Alves

Programa de Pesquisa
Camila Alvarez Djurovic, Carolina Faustini Junqueira,
Julia Cerqueira Gumieri

ORGULHO E RESISTÊNCIAS: LGBT NA DITADURA

EXPOSIÇÃO

Curadoria: Renan Quinalha

Co-curadoria e pesquisa: Julia Gumieri, Leonardo Arouca,
Marília Bonas

Mediação virtual: Casa 1 – Centro de Cultura
e Acolhimento LGBT

Produção: Angela Gennari, Bárbara Rodrigues Tavares

Projeto expográfico: Goma Oficina (Ana David
e Christian Salmeron)

Projeto gráfico e comunicação Visual: Goma Oficina
(André Stefanini e Maria Cau Levy)

Tratamento e edição de imagens: Estúdio 321

Expografia: Artos Cenotécnica

Montagem: Gala Art Installation

Realização: Associação Pinacoteca Arte e Cultura –
APAC Organização Social de Cultura

CATÁLOGO VIRTUAL

Coordenação editorial: Julia Gumieri

Textos: Julia Gumieri, Leonardo Arouca, Renan Quinalha

Projeto gráfico, direção de arte e diagramação: Goma Oficina
(Maria Cau Levy e André Stefanini)

Produção editorial: MIRA.etc (Deborah Moreira)

Revisão: Louise Azevedo, Marcelo Cipolla



Orgulho e resistências : LGBT na ditadura / curadoria e textos de Julia Gumieri, Leonardo Arouca, Renan Quinalha. -- São Paulo : Memorial da Resistência de São Paulo, 2020.

96 p.

ISBN 978-65-89070-01-6

Catálogo da exposição realizada no Memorial da Resistência de São Paulo de 15 de outubro de 2020 a 17 de maio de 2021.

1. Direitos dos homossexuais - História - Brasil. 2. Ditadura - Brasil - Século XX. I. Gumieri, Julia. II. Arouca, Leonardo. III. Quinalha, Renan. Memorial da Resistência de São Paulo.

CDD 306.766

Os Diários Associados anunciam mais uma detenção: "Carmen Lúcia da Silva, que atendia pelo nome de Jakson Marino Paulo, casada legalmente com a lésbica Maria Madalena de Souza".



ORA RICETTI!
...GRENISTA

ADRES

ABAIXO A VIOLENCIA POLICIAL
SOMOS GRUPO DE AFIRMAÇÃO HOMOSSEXUAL

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO
libertem os

